

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro descarta reforma ampla, mas pode mudar Weintraub	2
Título: Albuquerque nega intenção de demitir-se.....	3
Título: Aneel vota orçamento de R\$ 22 bi da CDE	5
Título: Greve de caminhoneiros está descartada, diz ministro.....	6
Título: Acesso ao mercado livre avança com novo cronograma	7
Título: Geradora ContourGlobal contrata bancos e coloca operação à venda.....	9
Título: CVM multa dois ex-diretores da Petrobras por contratos de sondas	10
Título: Quem fracassa são os governos, não as reuniões do clima.....	12
Título: CoP-25 fracassa e só UE mostra ousadia na agenda ambiental	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Paraguai vai aumentar em 42% compra de Itaipu.....	17
Título: Bolsonaro culpa ‘monopólio’ e ICMS por preço de combustível.....	18
Título: A COP 25	19
Título: Uma distribuidora de eletricidade maltratada	20
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Bolsonaro diz que faz o possível para reduzir preço do combustível.....	22
Título: Nos fundos, o segredo do ES	23
Título: Fraude em Angra 3.....	25
Título: Comércio de carbono, o tema que trava as COPs	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	27
Título: ICMS sobre gasolina pode neutralizar queda de preço	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/12/2019****Seção: Política****Autor: Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília****Título: Bolsonaro descarta reforma ampla, mas pode mudar Weintraub**

O presidente Jair Bolsonaro afasta a possibilidade de realizar uma ampla reforma ministerial no início de 2020, mas pode haver mudanças pontuais no primeiro escalão do governo. Interlocutores do presidente ouvidos pelo **Valor** classificam futuras substituições como “naturais”, uma forma de azeitar as relações e melhorar os resultados em determinadas áreas. É nesse contexto que o ministro da Educação pode deixar o cargo.

Com o desempenho e o comportamento criticados por diversas alas do governo exceto pela dita “ala ideológica”, ligada ao escritor Olavo de Carvalho, Abraham Weintraub tem recebido elogios públicos de Bolsonaro, mas fontes próximas ao presidente asseguram sua situação é delicada.

“Não está previsto mudar. E se perguntasse se está previsto me separar da minha mulher? Não está previsto, vocês vão escrever: ‘olha, talvez ele mude, mas não está previsto’”, disse ontem Bolsonaro ao ser questionado sobre se o ministro tem o cargo ameaçado. “De acordo com as críticas que eles sofrem, por exemplo, o Weintraub, de acordo com os jornalistas que o criticaram, eu falei: ‘Weintraub, você não sai mais daí’ [do MEC]. Miriam Leitão, [Ricardo] Noblat criticando o Weintraub, é sinal que ele está funcionando.”

Apesar da defesa pública, Bolsonaro já há muito anda irritado com o comportamento espalhafatoso e polêmico do ministro.

Weintraub já chegou a chamar a mãe de uma internauta que o criticou no Twitter de “égua desdentada”. Mas o que azedou de vez o clima do ministro, sobretudo com a ala militar do governo, foi ter feito uma postagem a favor da monarquia no dia da Proclamação da República. Weintraub chamou o Marechal Deodoro da Fonseca de “traidor” que cometeu uma “infâmia” contra o então imperador Dom Pedro II.

Bolsonaro já convocou Weintraub ao Palácio para dizer que seu comportamento trazia mais dor de cabeça do que benefícios ao governo. “O presidente não é de largar ninguém na estrada, de uma hora para a outra. Ele vai avisando”, diz uma fonte.

Um auxiliar próximo do presidente afirma que alguns ministros também podem deixar o cargo para concorrer nas eleições municipais. Esse poderia ser o caso de Luiz Henrique Mandetta (Saúde), em Campo Grande. Embora a assessoria do ministério negue, essa possibilidade é comentada no Planalto e entre fontes no DEM.

No Congresso, a pressão pela substituição do ministro de Minas e Energia também continua. Parlamentares e empresários têm relatado dificuldades em marcar agendas e dar sequência a pautas do setor. No entanto, **o almirante Bento Albuquerque** tem prestígio no Planalto e é considerado um importante quadro técnico.

Outra área que exigirá ajustes é a articulação política. Embora não comentem a possibilidade de trocas específicas no Planalto, fontes ouvidas pelo **Valor** admitem que “politicamente, 2020 será um ano difícil”, e que a tramitação das reformas tributária e administrativa deverá ser “arrastada”.

Hoje, a articulação está a cargo de Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral). Porém, mesmo com os ajustes e apesar da amizade de Ramos com Bolsonaro, o governo continua com dificuldades em aprovar matérias de seu interesse no Congresso. Onyx Lorenzoni (Casa Civil) tem sido cobrado pelo pouco apoio do DEM ao Planalto. Trocas no núcleo mais próximo do presidente não estão descartadas.

A avaliação de auxiliares do presidente é de que o “tabuleiro político” voltará desarrumado do recesso, o que gera temor de estagnação das reformas tributária e administrativa.

Por outro lado, a equipe econômica tem recebido elogios. Além de Guedes, secretários de sua equipe e os presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto; do BNDES, Gustavo Montezano; e da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, terminam o ano em alta conta. Outra área considerada promissora é a de Infraestrutura. O ministro Tarcísio Vieira é considerado “um técnico muito capacitado”, com projetos promissores.

“Tarcísio tem na cabeça tudo o que o Brasil precisa em termos de infraestrutura”, diz um ministro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/12/2019

Seção: Política

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Albuquerque nega intenção de demitir-se

Ministro de Minas e Energia saiu em defesa de seu trabalho e disse o presidente nunca manifestou “nenhum desagrado” ao seu desempenho

Em meio a pressões políticas para troca de comando no Ministério de Minas e Energia, o **ministro Bento Albuquerque** saiu em defesa de seu trabalho e disse, ontem, que nunca pensou em deixar o cargo e que o presidente Jair Bolsonaro nunca manifestou “nenhum desagrado” ao seu desempenho. O almirante reiterou, ainda, os planos da pasta de concretizar a privatização da Eletrobras em 2020.

“Quem tem que ficar satisfeito ou não com o meu trabalho é o presidente da República. Em relação a isso, ele nunca manifestou nenhum desagrado ao trabalho que vem sendo conduzido. Causa surpresa esse tipo de notícia, porque o ministério tem um diálogo permanente com todos os setores”, disse o ministro, ao ser questionado por jornalistas sobre a pressão de parlamentares pela troca no comando da pasta.

Albuquerque descartou trocar membros de sua equipe, mas disse que há espaço para que, eventualmente, o ministério faça suas “correções”. Ele respondeu ainda às críticas ao ritmo de sua gestão, na condução de temas como a capitalização da Eletrobras.

“Naquilo que depende da gente tem sido o máximo que conseguimos entregar. Entregas tem ocorrido e outras dependem de outros Poderes, como é o caso do Judiciário e o Congresso, que tem sua dinâmica própria”, comentou.

O ministro disse acreditar que a privatização da Eletrobras ocorrerá 2020. Questionado se as eleições municipais podem atrapalhar o trâmite do tema no Congresso, ele disse que não acredita nessa possibilidade. “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Não atrapalha. Mas vai demandar um trabalho de esclarecimento à sociedade muito grande”, afirmou, ao participar de evento no Serviço Geológico do Brasil, no Rio.

Albuquerque comentou também sobre a possibilidade de uma nova greve dos caminhoneiros e disse que não há indicativo de que a paralisação se confirmará. Segundo ele, a situação, ontem, era “próxima à da normalidade”.

O ministro destacou também que o governo tem mantido um diálogo permanente com a categoria e que os indicadores econômicos apontam para um crescimento de “forma sustentável” que se traduzirá no aumento da demanda por transporte. Sobre a venda de ativos da Petrobras no Nordeste, Albuquerque defendeu que a companhia está se voltando para áreas mais rentáveis, sobretudo no pré-sal, e que o movimento é positivo, por abrir espaço

para outras empresas investirem na recuperação de campos que hoje estão fora das prioridades da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Aneel vota orçamento de R\$ 22 bi da CDE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) votará hoje, em sua última reunião do ano, o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 2020. Principal fundo setorial do mercado de energia elétrica brasileiro, a CDE está prevista para ter um aumento de 8% no próximo ano, ante 2019, para R\$ 21,9 bilhões. Com isso, a estimativa é que a CDE tenha um efeito de aumento nas tarifas de 2,4% em 2020.

A CDE engloba uma série de políticas públicas relacionadas ao setor elétrico. As principais são o custeio de óleo combustível e diesel para geração termelétrica em sistemas isolados do Norte e Nordeste e os subsídios nas tarifas de uso das redes de distribuição e transmissão para projetos de algumas fontes renováveis (eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas e térmicas a biomassa) e sistemas de geração distribuída por meio de painéis solares. Mas também são contemplados pela CDE custos de universalização do serviço de energia e subsídios para tarifa social de baixa renda, entre outros.

A CDE é cobrada de todos os consumidores de energia do país. Apesar da legitimidade dos objetivos do encargo, o mercado de energia, em geral, entende que alguns programas não deveriam ser custeados por encargos setoriais, mas com recursos do Tesouro Nacional. “Não se questiona o recebimento [dos benefícios]. O que se questiona é a arrecadação por meio de encargo. O consumidor de energia não é a mesma coisa que o CPF e o CNPJ. Isso [esse custo] deveria ser alocado para o Tesouro, fazendo parte do Orçamento da União”, disse Fillipe Soares, diretor técnico da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

“O peso das políticas públicas na tarifa de energia elétrica tem distorcido cada vez mais o seu valor, que, junto com os impostos incluídos, possui a incoerência de representar, em muitos casos, mais da metade do valor das tarifas pagas pelos brasileiros”, afirmou ao **Valor** o diretor da Aneel Sandoval Feitosa, relator

do processo. “Entendo que a questão dos subsídios precisa ser enfrentada por todos, pela sociedade em geral, formuladores de políticas públicas, e reguladores, no sentido de trazer racionalidade às tarifas de energia, trazer alívio à população e competitividade à indústria.”

Os comentários de Feitosa estão em linha com a proposta da Aneel de desoneração tarifária para 2020. Nesse sentido, o diretor-geral da agência, André Pepitone, disse, em entrevista ao **Valor**, que a autarquia está trabalhando em uma proposta de vencimento antecipado do contrato de um grupo de termelétricas a óleo combustível e diesel, mais caras e poluentes, previstas para serem descontratadas apenas a partir de 2023.

“A agência está em fase avançada na realização de um estudo para descontratar térmicas com CVU [custo variável unitário] acima de R\$ 1.000 [por megawatt-hora], em que os contratos vencem a partir de 2023. Mesmo observando as condições contratuais e atuando em conjunto com eles [empreendedores] para fazer a antecipação, há um benefício concreto para a tarifa do consumidor”, disse ele.

Favorável à medida, a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) calcula que o vencimento antecipado desses contratos pode resultar em um efeito redutor de 3% nas tarifas de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Greve de caminhoneiros está descartada, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, minimizou ontem a possibilidade de uma greve de caminhoneiros no fim deste ano. Ele exaltou o diálogo que vem sendo mantido entre o governo e lideranças da categoria como um trunfo para evitar a paralisação.

Ele foi questionado sobre o tema após reunião com o presidente Jair Bolsonaro, na sede do ministério. Jornalistas perguntaram se ele considerava descartado o risco de uma greve.

“Eu acho que sim” [está descartado], respondeu. “Observe que hoje [ontem] já era o dia de início. Não está tendo nada nas estradas, não houve nenhum ponto de bloqueio”, afirmou. “Porque há um respeito muito grande nosso com os caminhoneiros e um respeito muito grande dos caminhoneiros com a gente.

Conseguimos realmente estabelecer um diálogo, eles sabem que têm as portas abertas e a cada dia nós vamos ter uma solução nova.”

Em seguida, ele listou uma série de reivindicações da categoria atendidas pelo governo, como a queda do valor da multa em balanças na rodovia, o documento de transporte eletrônico e o agendamento portuário automático. E prometeu que uma nova tabela de frete, motivo de queixa dos trabalhadores, será lançada em janeiro.

“A gente tem mantido um excelente diálogo com os caminhoneiros. Neste ano, foram seis fóruns”, disse em relação aos encontros entre governo e motoristas. “A categoria vem reconhecendo isso, está participando das nossas reuniões, está participando da construção de soluções. Porque as soluções estão sendo construídas em conjunto. A gente percebe quais são as demandas, tenta tratar e está fazendo isso em conjunto.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Acesso ao mercado livre avança com novo cronograma

Aguardada há anos pelo setor elétrico, a abertura do mercado livre ganhou ontem um novo calendário, com prazos para a migração de novas faixas de consumidores e data para a finalização de estudos para a abertura total. De modo geral, a iniciativa do governo foi bem recebida por entidades setoriais. Porém, há quem veja com preocupação o fato de esses passos não terem sido vinculados a outras medidas consideradas essenciais para garantir o sucesso da abertura do mercado livre.

Seguindo uma portaria sobre o tema publicada há quase um ano, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** definiu que, em janeiro de 2021, o limite mínimo de carga para acessar o mercado livre passará para 1,5 megawatts (MW). A partir de então, os limites terão nova redução a cada ano, caindo para 1 MW em janeiro de 2022 e 0,5 MW em 2023.

Atualmente, a carga mínima para comprar no mercado livre de energia é de 2,5 MW. A partir de 2020, a exigência será reduzida para 2 MW. Já para consumidores com demanda abaixo de 0,5 MW, a modalidade de contratação livre deverá ser disponibilizada após 2024. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) terão até 2022 para apresentar estudos com medidas que permitam o acesso de

todos ao mercado livre, incluindo uma proposta de cronograma com início em 2024.

Os novos parâmetros mínimos de carga envolvem basicamente os chamados “consumidores especiais”, que hoje estão limitados a comprar energia “incentivada” (eólica, solar, biomassa e pequena central hidrelétrica). Ao permitir que esse consumidor migre para o mercado livre, na prática, a portaria tende a aumentar a competição entre fontes renováveis e convencionais (térmicas a gás ou grandes hidrelétricas, por exemplo).

Para o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, a portaria vai na direção correta. “Traz previsibilidade, vai no sentido da competição, do fim do subsídio [às renováveis] e sinaliza com abertura total”, afirma. Segundo cálculos da entidade, os novos parâmetros podem permitir a migração de cerca de 5 mil consumidores, além de beneficiar em torno de 6 mil “especiais” que já estão no segmento e hoje estão restritos à compra de energia incentivada.

A Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica) também comemorou a portaria. “Isso demonstra o esforço do ministério em implementar medidas infralegais mais urgentes do mercado”, avalia a presidente, Elbia Gannoum. Para ela, a tendência é que o mercado de energia brasileiro seja cada vez mais livre, renovável e competitivo e com cada vez menos subsídios.

Apesar da sensação positiva, agentes do setor alertam que a redução dos limites para acesso ao mercado livre deveria vir acompanhada de outras medidas estruturais que garantam o funcionamento equilibrado do setor elétrico no longo prazo.

Filipe Soares, diretor técnico da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), ressalta que os custos das decisões de cada consumidor devem ser corretamente alocados e não rateados por todo o setor. Nesse sentido, o sucesso da abertura do mercado dependerá da discussão sobre a modernização do setor, diz o especialista.

Na mesma linha, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) destaca que a portaria afeta uma política pública que estabeleceu incentivos à geração de energia renovável e viabilizou a expansão dessas fontes no país. Por isso, o presidente da entidade, Charles Lenzi, diz discordar da forma com que a medida foi tomada. “Talvez fosse mais adequado mudar isso por um projeto de lei, e não via portaria. Ou talvez a discussão desse tema devesse ocorrer dentro do Congresso”, afirma. Para ele, há discussões ainda inacabadas que deveriam ser “pré-requisitos” para a redução dos limites de acesso ao mercado livre. Um

exemplo é a separação entre lastro e energia, cerne da mudança no modelo de contratação de energia.

O diretor de operações da Electra Energy, Leonardo Salvi, também compartilha da opinião de que, para que a abertura do mercado livre avance, outras questões precisam ser equacionadas, como a criação de novos mecanismos para venda de excedentes das distribuidoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Geradora ContourGlobal contrata bancos e coloca operação à venda

Companhia tem capacidade de 4,8 gigawatts de geração de energia, sendo cerca de 800 megawatts no Brasil

A geradora de energia de origem britânica ContourGlobal contratou os bancos de investimento Goldman Sachs e BNP Paribas para vender sua operação, apurou o **Valor**. O negócio é avaliado entre R\$ 5,3 bilhões e R\$ 6,3 bilhões (US\$ 1,3 bilhão a US\$ 1,5 bilhão), conforme duas fontes com conhecimento do assunto.

No Brasil, ela atua em energia renovável, com participação acionárias nas unidades de geração solar e eólica e uma usina hidrelétrica - o Complexo Chapada, o Hydro Brazil e Asa Branca. A empresa tem atuação menor em outros 17 países, onde também detém usinas térmicas. No total, são 4,8 gigawatts de geração. Desse total, cerca de 800 megawatts no Brasil.

Os acionistas controlador da ContourGlobal são fundos geridos pela canadense Reservoir Capital, que somam cerca de 73% do capital da empresa. Até agora, a ContourGlobal era vista como consolidadora no país - chegou a negociar a compra de térmicas no Brasil da francesa Engie no ano passado, mas as companhias não chegaram a um acordo. Procurada pelo **Valor**, a ContourGlobal disse que não comentaria o assunto.

Até agora, a companhia vinha seguindo diferentes estratégias por mercado. Este ano, vendeu parte de projetos na Espanha, enquanto fez aquisições no México. Sua meta informada aos acionistas é dobrar o lucro antes de juros, impostos,

depreciação e amortização (Ebitda) ajustado até 2022 e aumentar em 10% por ano o volume de dividendos distribuído aos acionistas.

A companhia tem sede em Londres, onde é listada na bolsa local London Stock Exchange, desde o fim de 2017. Com pouca liquidez, os papéis da companhia acumulam desvalorização de 17% desde então.

Outras transações de energia, que têm fundos como controladores, estão em curso no país. É o caso da Echoenergia, controlada pela gestora Actis, que contratou o banco Credit Suisse para venda. A transmissora de energia Argo foi vendida há pouco mais de mês pela gestora Pátria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: CVM multa dois ex-diretores da Petrobras por contratos de sondas

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou multas no total de R\$ 1,7 milhão e inabilitou os ex-diretores da Petrobras Nestor Cerveró, por 15 anos, e Jorge Zelada, por 18 anos. Os julgamentos, realizados ontem, analisaram irregularidades nas contratações de quatro navios-sonda pela estatal.

No total, a autarquia havia acusado outros ex-integrantes da diretoria, em dois processos diferentes, que incluíam os ex-presidentes José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster, acusada como diretora de Gás e Energia. No entanto, por maioria, o colegiado entendeu que o processo em relação aos ex-presidentes e demais ex-diretores já havia prescrito e o mérito não foi julgado. Foi a primeira vez que a CVM discutiu os prazos de prescrição de um processo em que também há crimes na esfera judicial.

Os casos envolveram a contratação, por Zelada, da construção do navio-sonda Titanium entre 2008 e 2009 e a contratação de outros três navios por Cerveró - Petrobras 10.000, Pride DS-5 e Vitória 10.000, além da contratação da Schahin para operar este último. Os dois ex-diretores foram acusados de receberem vantagens indevidas pelas operações.

Na CVM, a Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) considerou que houve infração ao chamado dever de lealdade, previsto no artigo 155 da lei das S.A.. Diferentemente da esfera criminal, as acusações foram estendidas ao restante da diretoria. Além de Gabrielli e Graça Foster, a área técnica pediu que fossem responsabilizados os então diretores Almir Barbassa, Guilherme Estrella, Paulo Roberto Costa e Renato Duque em ambos os processos, além de Ildo

Sauer, acusado apenas em um. A SPS entendeu que estes ex-executivos não cumpriram o dever de diligência, como manda o artigo 153 da lei, já que nenhum deles teria questionado as operações, apesar dos sinais de alerta existentes.

A discussão da maior parte do julgamento ontem, na CVM, se deu em relação à prescrição do caso para os demais membros da diretoria além de Zelada e Cerveró.

Os fatos vieram à tona com o início da operação Lava-Jato, em 2014, quando o Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigaram o esquema de corrupção na Petrobras. Na CVM, as investigações começaram após mais de cinco anos da ocorrência dos fatos, o que indica prescrição na esfera administrativa. No entendimento da acusação, como houve crime envolvido nos fatos analisados, o prazo de prescrição de 16 anos previsto na esfera penal poderia ser estendido aos demais ex-diretores.

Mas para o relator do caso na CVM, Gustavo Gonzalez, essa extensão não poderia ocorrer. Ele apontou, por exemplo, que o Ministério Público e a Justiça até o momento não ofereceram denúncia criminal contra esses ex-diretores. Apontou, ainda, que a orientação mais recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é de que a CVM tem autonomia para considerar os fatos como crime, independentemente da apuração criminal. No entanto, a acusação do regulador não apontou nenhum crime que teria sido praticado por esses diretores. O presidente Marcelo Barbosa e a diretora Flávia Perlingeiro acompanharam o relator.

Já os diretores Henrique Machado e Carlos Rebello discordaram de Gonzalez. Machado pontuou que já houve situações em que a análise de méritos de casos pela CVM fez o Ministério Público decidir abrir ação criminal. E isso ainda poderia ocorrer, já que o prazo na Justiça não prescreveu. “Num caso relevante como esse, decidido por maioria, numa tese nova, a declaração da prescrição vai impedir que o assunto seja discutido em segunda instância administrativa e sequer no âmbito judicial. O debate se encerra aqui”, afirmou.

Assim, apenas Zelada e Cerveró foram julgados e condenados. “Aproveitar-se do cargo de administrador de companhia aberta para acertar vantagens ilícitas visando a um interesse espúrio e egoístico consiste em uma das representações mais sérias da violação ao dever de lealdade”, disse Gonzalez no voto. A decisão pelas penalidades foi unânime. Os acusados podem recorrer da decisão no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/12/2019****Seção: Internacional****Autor: Daniela Chiaretti — De Madri****Título: Quem fracassa são os governos, não as reuniões do clima**

É inegável que a conferência do clima mais longa da história, a CoP 25, em Madri, produziu frustrações generalizadas. Não entregou os mercados de carbono, nem mais financiamento ou metas de redução de gases-estufa mais fortes. Mas reduzir este processo a um fracasso é também fazer o jogo daqueles governos que negam que a mudança climática tenha interferência humana e governam segundo o calor do próprio umbigo. É preciso quebrar esta roda.

O que existe hoje é um círculo em que as conferências da ONU fracassam, a população não entende, vota em governos que colocam mais combustíveis fósseis para queimar, as emissões aumentam, e as conferências da ONU fracassam.

O multilateralismo é assim, vence o menor denominador comum. Sem as regras destes mega-encontros entre delegados de 200 países, a geopolítica climática é a do faroeste, já dizia o embaixador Andre Correa do Lago, negociador brasileiro de alguns anos atrás.

A continuar como está, a mudança climática nos matará a todos, mas os pobres irão primeiro. A frase, invertida, foi dita por António Guterres, secretário-geral das ONU, na quinta-feira, em Madri. Ele disse aos líderes que falhar no combate à mudança do clima permitiria apenas a “sobrevivência dos mais ricos”.

Guterres tem razão no vaticínio. Com a natureza, disse ele mesmo, não se negocia. A passagem de um ciclone pelo sul da África em março é um trágico exemplo. Idai destruiu casas, hospitais, estradas e escolas em Madagascar, Moçambique, Zimbábue e Malauí. Matou num golpe mais de 1.300 pessoas.

A CoP de Madri, é verdade, não entregou as regras para os mercados de carbono. É um processo complicadíssimo e muito técnico. Imagine-se a dificuldade de se fazer algo onde países e empresas do mundo todo podem transacionar emissões de gases-estufa. Trata-se de colocar os mercados no processo, de modo a que financiem a transição econômica para um mundo de baixo carbono.

Isso tem que ser feito de maneira a garantir a integridade ambiental, evitando-se, a todo custo, uma dupla contagem de emissões - pelo país que comprou a transação e pelo país que vendeu. Este erro contábil arruinaria esforços de se proteger o clima do planeta.

Se essas regras forem bem feitas, um percentual do que será transacionado pode ir para fundos que ajudem os países mais pobres a enfrentar secas, inundações, tufões. Esses recursos poderiam evitar que milhões de pessoas se transformem em migrantes climáticos.

Carbono será a commodity do futuro. A Europa tem, desde 2005, um robusto mercado de carbono. Atinge 11 mil instalações industriais dos setores que mais poluem - energia, aviação, indústrias de cimento. A tonelada de CO₂ é negociada a € 24 no maior mercado de carbono do mundo. Com o projeto do New Deal Verde europeu, o bloco precisará negociar mais carbono para conseguir, em 2050, a neutralidade das suas emissões.

Em 2020 será a vez da China, que há anos vêm testando como fazer o seu próprio mercado doméstico de carbono em nove províncias, lançar sua investida neste campo. Como tudo o que a China faz, será uma iniciativa gigante.

Criar regras para tudo isso em escala global não é tarefa fácil. O mundo não tem nada parecido com um mercado global de emissões de carbono. Exigir que diplomatas entendam essas nuances todas, prevejam falhas e evitem injustiças em alguns dias de negociação não é razoável. É preciso amadurecer as regras, discutir internamente, envolver setores da sociedade. E fazer isso logo, porque, queira ou não o Brasil, o mundo está em emergência climática.

É angustiante ver que esta é uma pauta entendida como ideológica por governos de direita. Em parte, se compreende. Estes governos não querem discutir direitos de índios, de mulheres, de humanos.

Povos indígenas e comunidades excluídas no mundo tentam ser incluídos em uma discussão do futuro, que pode afetar seus direitos. Vão às CoPs em número cada vez maior. A conferência de Madri conseguiu, por exemplo, criar um caminho para um Plano de Ação de Gênero. Trata-se de, em cinco anos de ações, desenvolver lideranças entre mulheres de países em desenvolvimento. Governos nacionalistas, já se sabe, detestam este tipo de abordagem.

Os americanos, contudo, são mais espertos. O presidente Donald Trump mandou uma delegação júnior para a CoP de Madri. Já anunciou que quer sair do Acordo de Paris, e que “America First”, aquela coisa toda. Mas seus negociadores foram ativos no debate do artigo 6, o das regras de mercado. Por que, se vão sair do jogo? Porque podem querer voltar para um tabuleiro onde estarão Europa e China, com suas indústrias. Os EUA podem sair em novembro do Acordo de Paris, mas podem querer voltar rápido. Melhor estar em campo quando os outros tratam de negociar as regras.

O grande desastre das CoPs de clima está em outro lugar, além da óbvia falta de urgência e compromisso dos governos, cada qual defendendo seus interesses. Esta transformação vai ocorrer de qualquer jeito, quer os políticos queiram ou não, já disse a adolescente Greta Thunberg.

A mudança já acontece no mundo empresarial mais avançado e moderno. Mobiliza milhões de jovens nas ruas. Está por trás da escolha de consumidores europeus. Pode provocar boicotes de produtos e países. Pode justificar tarifas de fronteira em questão de tempo.

A pauta climática não pode ser de direita ou de esquerda. Mata coalas e asfixia gente na Austrália, uma das economias mais ricas do mundo, mesmo que o premiê conservador Scott Morrison seja um dos refratários a esta agenda. Agora que a fumaça escurece Sidney e o fogo queima fazendas, está sendo pressionado a fazer algo. Os incêndios ali não são provocados pelo homem, como na Amazônia. Acontecem sempre - mas estão fora de controle porque a seca é cada vez mais forte. Ser negacionista climático neste contexto de emergência é negar a realidade.

A maior tragédia das conferências de clima das Nações Unidas está no que pensam, no final, os motoristas de táxi, as cozinheiras, os garçons, os caixas de supermercado, os vendedores de sorvete, os fiscais de trânsito, os agricultores familiares. A maioria acredita que milhares de pessoas se reúnem durante 15 dias em conferências do clima ao redor do mundo e não produzem nada no final porque são farsantes. É a análise das ONGs, dos cientistas e da imprensa, mas é uma meia-verdade.

O processo anda um pouco mais, a cada rodada. O discurso do fracasso dá combustível para que presidentes como Jair Bolsonaro e ministros como Ricardo Salles digam depois: “Estas conferências? Não servem para nada”.

A ideologia vence, no fim. Os eleitores, sem entender o que se passa, votam em governos que investirão em mais usinas de carvão, em políticas omissas que matam de poluição quem vive nas cidades, em mensagens que estimulam que se desmate pois “os outros fizeram assim”.

O maior drama deste processo é não conseguir fazer com que as pessoas entendam que se trata da vida delas, hoje. E da vida dos seus filhos, amanhã. É preciso reverter esta roda. O mundo tem 10 anos para isso. A próxima década começa em 15 dias.

A jornalista viajou à CoP 25 a convite do Instituto Clima e Sociedade (iCS)

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/12/2019****Seção: Opinião****Autor:****Título: CoP-25 fracassa e só UE mostra ousadia na agenda ambiental**

A conferência do clima da Organização das Nações Unidas em Madri (CoP-25) foi um fiasco. Após a informação de que as emissões de gases de efeito estufa voltaram a subir e bateram o recorde de 33,1 gigatoneladas, seria previsível que soasse um sinal de alerta nos 197 países que assinaram o Acordo de Paris e que eles buscassem coordenar esforços para resolver as questões pendentes - como a criação de um mercado global de créditos de carbono - comprometendo-se com metas mais ousadas já em futuro próximo. Com o esforço atual já consolidado, a temperatura do planeta aponta para uma elevação de 3,2 graus centígrados no fim do século. O limite da prudência é 1,5o C e o objetivo do acordo é não deixar que ultrapasse os 2o C. Na CoP-25 não houve acordo sobre praticamente nada.

Depois de maratona de duas semanas, encerrada com 44 horas de atraso, o máximo de compromisso que os países participantes puderam fazer foi o de “refletir” para que em 2020 aumentem a emissão de suas metas “o máximo que puderem”. Houve grandes divergências, pelo segundo ano seguido, sobre o artigo 6, que regula os créditos de carbono e cria um mercado global. China, Índia e Brasil emperraram um acordo, pois, entre outras coisas, querem que sejam reconhecidos os créditos de carbono criados pelo protocolo de Kyoto, de 1997. São US\$ 4,3 bilhões - 60% da China, 10% da Índia e 5% do Brasil.

Esse foi um entrave adicional, que entrou em uma manobra em que o Brasil e a Austrália foram os principais protagonistas. Os representantes do governo Bolsonaro não aceitaram um ponto essencial, o de que os créditos vendidos, decorrentes da redução das emissões de carbono, sejam abatidos da meta nacional, sem provocar a dupla contagem apontada pelos europeus. O ministro Ricardo Salles tinha como meta obter mais financiamento para a área, mas com o enorme aumento do desmatamento na Amazônia e a destruição do Fundo Amazônia por sua interferência, não era difícil prever que sairia de mãos abanando.

O Brasil foi um catalisador de acordos e progresso nas conferências do clima. Desta vez, Donald Trump retirou os EUA do Acordo de Paris e Ricardo Salles

complementou por dentro o trabalho destrutivo do líder americano ao se juntar aos que vetaram o termo “emergência climática”, se opor à menção a direitos indígenas e humanos no artigo 6 e se recusar a discutir uso do solo e poluição dos oceanos como fatores que agravam o aquecimento global, como tem relatado os recentes estudos do IPCC.

Um recuo no interesse dos principais países emissores tornou a CoP-25 refém do malogro. A agenda dos EUA sobre o ambiente é destruidora e negacionista. A China, maior emissor mundial, poderia ter ocupado um lugar de destaque, mas renunciou a isso - voltou a investir em usinas a carvão e os reduziu em fontes renováveis. Os dois países, mais Índia, Indonésia, Rússia e Brasil, despejam na atmosfera 27 bilhões de toneladas de CO₂, ou 80% das emissões. Os russos têm baixa influência nas negociações, a Índia joga na retranca e o Brasil passou-se de vez para o lado dos que não veem grandes riscos no aquecimento global, enquanto desmonta todo o aparato institucional de proteção ambiental e dá sinal verde à devastação em território nacional.

A grande e boa notícia veio por isso mesmo de fora da CoP-25, da União Europeia. O bloco terá pela primeira vez uma lei do clima, que alinhará todos os instrumentos - creditícios, regulatórios etc - para se possível reduzir ainda mais as emissões para atingir a meta de 2050 - emissões líquidas zero, ou seja, quase um continente neutro em carbono. O objetivo, politicamente difícil de ser alcançado, é elevar a meta de 2030, de corte de 40% das emissões, para 55%. Um fundo de €100 bilhões será criado para auxiliar os países ainda dependentes do carvão, em geral ex-comunistas, como Polônia, Hungria e República Tcheca, na conversão para fontes renováveis.

Enquanto o Brasil, com o atual governo, deixa de fazer parte da luta contra o aquecimento global, a inação revelada na CoP-25 coloca como perspectiva um futuro sombrio. “O planeta está indo agora na direção de um aquecimento de 4o C, diz o físico Paulo Artaxo (O Globo, ontem), ou seja, na direção do cenário “catastrófico”, o pior de todos os traçados pelo IPCC. As emissões estão aumentando, e para que não ultrapassem 2o C precisariam agora estar caindo 7% ao ano. “É uma trajetória suicida para a humanidade”, adverte o cientista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/12/2019****Seção: Economia****Autor: Denise Luna / RIO****Título: Paraguai vai aumentar em 42% compra de Itaipu**

Acordo firmado entre Brasil e país vizinho encerra polêmica envolvendo hidrelétrica

A Eletrobrás e a estatal paraguaia Ande fecharam acordo sobre a compra de energia elétrica entre Brasil e Paraguai gerada pela Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, de 14 mil megawatts (MW). Pelas novas regras, a companhia paraguaia terá de elevar em 42,5% o volume de energia adquirida da usina até 2022. Esse aumento gradual permitirá que a compra se aproxime do consumo, de fato, do país vizinho. Por outro lado, a Eletrobrás se compromete a comprar menos energia. Este ano, o Paraguai adquiriu em média 1.340 MW de Itaipu e a Eletrobrás 10.795 MW. Em 2022, a relação terá sido ajustada para 1.810 MW e 10.325 MW, respectivamente. Pelo tratado de Itaipu, cada país tem direito a metade da capacidade da usina. Como o Paraguai tem consumo menor, ele compra uma pequena fração da capacidade da hidrelétrica e o Brasil fica com a diferença.

O aumento gradual da compra de energia pelo Paraguai reflete o crescimento do país vizinho e encerra uma discussão travada há mais de uma década entre os dois países. Uma cláusula adicionada ao contrato em 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concede prioridade ao lado paraguaio da usina na compra da energia excedente de Itaipu, ou seja, tudo que ela produzir acima do patamar de 75 milhões de MWh, estabelecidos no contrato original. A diferença entre os preços da energia garantida e a excedente é relevante. A primeira custa US\$ 22,60 o KWh, enquanto a excedente sai por US\$ 6 o KWh.

Do lado brasileiro, a reclamação é que a Ande não comprava toda a energia necessária e depois exigia um volume adicional, acessando posteriormente a cota mais barata a que tinha direito. O fechamento do acordo também encerra uma polêmica que se arrastou ao longo deste ano e quase provocou o impeachment do presidente paraguaio Mario Abdo. Para consumidores e políticos de oposição paraguaios, o acordo inicialmente acertado em maio era mais favorável ao lado brasileiro. Diante da polêmica, o presidente Jair Bolsonaro decidiu recuar do acordo e voltar à mesa de negociações. Com o primeiro documento rejeitado, os países voltaram à mesa de negociação e fecharam na última sexta-feira um novo acordo. Além do aumento da compra de energia, ficou estabelecido que o preço da tarifa de energia se mantém inalterado em US\$ 22,60 o kWh em 2020.

A intenção do presidente de Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, integrante das negociações, é de que o preço seja mantido até 2022, quando a conversa entre os dois países terá de ser retomada para revisar o contrato principal da usina, assinado em 1973 e que vence em 2023. Segundo Itaipu, o acordo trará estabilidade financeira para a empresa realizar o pagamento de royalties e despesas da usina, além de proteger o consumidor brasileiro de uma desvantagem de tarifa em relação ao consumidor paraguaio. Para especialistas, o preço médio da energia menor do que a praticada pelo Brasil favorece a migração de empresas para o país vizinho em busca de menores custos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/12/2019

Seção: Economia

Autor: Mateus Vargas Emilly Behnke

Título: Bolsonaro culpa 'monopólio' e ICMS por preço de combustível

Presidente afirma que tem levado a Guedes 'todas as possibilidades' sugeridas para reduzir valor pago por consumidor

O presidente Jair Bolsonaro reconheceu ontem que o preço do combustível está "alto" no Brasil e afirmou que o governo está tentando reagir ao "quebrar monopólios". "Estamos fazendo o possível para baratear o preço do combustível. Reconhecemos que está alto no Brasil." O presidente voltou a afirmar que o preço do combustível está baixo na refinaria, mas cresce ao chegar nas bombas de postos de combustíveis. "(O preço) fica alto por causa de quê? Impostos estaduais, ICMS basicamente. E depois o monopólio ainda existe na questão de distribuição e nós estamos buscando quebrar esse monopólio para diminuir o preço. Só com a concorrência ele pode diminuir", declarou o presidente. Bolsonaro esteve no final da manhã com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

O presidente afirmou que leva "todas as possibilidades" sugeridas para reduzir o preço do combustível ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco. "(Para) ver se é viável ou não", afirmou. Segundo o presidente, o governo avalia formas de empresas e usinas que produzam etanol venderem diretamente ao posto de gasolina. "Tem caminhões de transporte de etanol que andam 400 quilômetros para entregar o etanol a um quilômetro da usina. Isso é um absurdo. Tem gente que é contra isso daí porque há interesse econômico e de grupos aqui no Brasil. Não é fácil buscar uma solução para tudo, mas estamos fazendo o possível", disse Bolsonaro.

CPMF. O presidente afirmou ainda que "todas as alternativas estão na mesa", quando questionado sobre possível volta de um imposto sobre transações

financeiras, nos moldes da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O governo só aceitaria criar um imposto se outro tributo for extinto, disse o presidente. “Nós não queremos criar nenhum novo tributo. A não ser que seja para extinguir outros e, assim mesmo, colocado junto à sociedade, para ver qual a reação e se a gente vai levar adiante essa proposta ou não.” Ele afirmou que “nada vai ser feito” se o governo tentar tirar do papel uma reforma tributária “ampla, geral e irrestrita”, que mexa em impostos federais, dos Estados e dos municípios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/12/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A COP 25

Após 11 dias de discussões em Madri, o resultado da Conferência sobre a Mudança Climática da ONU (COP 25), consubstanciado na declaração Hora de agir, parece mais um compêndio difuso de ambições do que um plano coordenado de ações. Compreensivelmente decepcionante para os ambientalistas, não é necessariamente um malogro. Toda grande mudança é gestada assim. Mas também toda grande frustração. Para evitá-la, as lideranças precisarão mostrar até a COP 26 a medida do seu comprometimento e até onde estão dispostas a pagar o seu preço.

A COP começou sob o alerta do último relatório da ONU: a janela para evitar os piores efeitos das mudanças climáticas está se fechando. O Acordo de Paris de 2015 estabeleceu como meta limitar o aumento da temperatura em relação aos níveis pré-industriais abaixo de 2°C. Conforme o atual consenso científico, um aumento superior desencadearia danos irreversíveis. Mas segundo o relatório, os compromissos em vigor, mesmo que plenamente cumpridos, levarão a um aumento de 3,2°C até o fim do século.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, lembrou na abertura o objetivo de progredir em itens cruciais, como desmatamento, indígenas, finanças, tecnologia e sobretudo a concretização do Artigo 6 do Acordo de Paris, referente aos mercados de carbono. Em termos regulatórios os avanços foram tímidos, mas políticos e empresários mostraram sentir a pressão da nova geração de eleitores e consumidores, personificada na ativista Greta Thunberg e sua multidão de “crianças irritadas”. Um exemplo foi a declaração do Investor Agenda, um grupo de 631 investidores responsável por US\$ 37 trilhões em ações, intimando os governos a enfrentar a crise por meio de medidas como a taxação da poluição por carbono ou a supressão dos subsídios aos combustíveis fósseis.

Na esfera pública, a resposta mais enérgica veio da União Europeia. A nova presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, propôs em Bruxelas um ambicioso “Green Deal”, que reformula todos os aspectos da economia europeia à luz das metas ambientais. Em Madri, ela afirmou que o Pacto pode, a um tempo, estimular o crescimento, enfrentar as mudanças climáticas e combater as desigualdades, sob três condições: que ele seja colocado no centro das estratégias de crescimento; que o investimento em inovação verde seja catalisado através de todos os setores; e que se planeje uma justa transição para que os trabalhadores não fiquem para trás.

O Pacto inclui a primeira lei europeia a prever uma transição irreversível para a neutralidade climática, reduzindo pela metade as emissões de efeito estufa até 2030 e zerando-as até 2050. Isso implica reformular instrumentos como bancos centrais e fundos de investimentos, além da legislação industrial, agropecuária e comercial. Seria a maior reforma da União Europeia desde a sua fundação. Não é impossível. A Europa é a única região que conseguiu reduzir consistentemente as suas emissões nos últimos 20 anos e foi a maior protagonista na concretização do Acordo de Paris.

Mas essas ambições têm um preço. A Comissão estima investimentos anuais de US\$ 192 bilhões a US\$ 320 bilhões para atingir a emissão “zero”. Parte deste custo recairá sobre os investidores privados. Será um teste para o idealismo de grupos como o Investor Agenda. Basta pensar no destino dos chamados “ativos encalhados”, como as reservas de gás, carvão e petróleo. Segundo a rede de finanças sustentáveis Principles for Responsible Investment, os novos regulamentos podem desintegrar até US\$ 2,3 trilhões, ou 4,5%, do valor dos mercados de ações. Dos quase 2.600 signatários da rede, segundo o seu chefe de investimentos, apenas 2% estão preparados para as mudanças.

Integrar preservação, crescimento e igualdade não é uma utopia, mas um ideal possível, sobretudo a longo prazo. No calor da hora presente, contudo, escolhas realistas terão de ser feitas e sacrifícios serão inevitáveis. O próximo ano será uma prova ao engajamento dos poderes públicos e da iniciativa privada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Eduardo Muller Monteiro

Título: Uma distribuidora de eletricidade maltratada

Como explicar ao cidadão comum a complexidade envolvida na gestão de uma distribuidora de eletricidade sem entrar em conceitos técnicos e complexos? Como evidenciar que as ações tomadas e os investimentos feitos – ou não feitos

– hoje só serão percebidos, em alguns casos, depois de anos? O setor de distribuição de eletricidade convive com aquele conceito próprio de operadores de serviços públicos essenciais segundo o qual “quando tudo está bem, ninguém percebe, mas quando algo de errado acontece todos reclamam”.

E não é difícil de entender por que reclamam: qualquer interrupção de eletricidade é indesejável, mas, ao mesmo tempo, poucos entendem a intrincada rede de ativos e processos que precisam operar harmonicamente, a cada segundo, para manter a operação perfeita. É por isso que existem os chamados indicadores de continuidade do serviço, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, para definir os limites de interrupções do serviço que cada distribuidora precisa respeitar: tanto a duração quanto o número de interrupções têm limites objetivos, e quando tais limites são ultrapassados as empresas são punidas com perda de tarifa.

Com o quadro acima em mente, os ataques do governador e da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás à distribuidora local (Enel Distribuição Goiás) não parecem ser os mais construtivos para a população que tais atores políticos afirmam querer defender. É bom lembrar que a distribuidora goiana – privatizada em novembro de 2016 por R\$ 2,2 bilhões, com um ágio de 28% que engordou os cofres goianos – foi durante décadas vítima da péssima gestão estatal, que levou ao sucateamento da rede e à última posição da empresa no ranking nacional de qualidade de serviço.

Enquanto na fase estatal o governo investia R\$ 220 milhões por ano – insuficientes para manter a reposição e a expansão adequadas dos ativos –, a nova gestão privada tem investido R\$ 800 milhões por ano, ou mais que o triplo. Esse plano acelerado de investimentos tem sido alocado em várias frentes, incluindo 17 novas subestações de grande porte, ampliação e modernização de 130 outras subestações, incorporação de 580 eletricitistas, aquisição de 300 veículos e uso de três helicópteros. Os esforços acima vêm impactando de forma positiva os índices de qualidade.

Numa janela mais curta e mais recente de medição, e mesmo considerando um mês intenso em chuvas e raios, o número de clientes desligados por mais de 24 horas caiu de cerca de 7 mil, no dia 12 de novembro, para cerca de mil, no dia 21 de novembro. Já quando são observados indicadores mais globais, a empresa já passou a cumprir as metas regulatórias de duração e quantidade de interrupções. As declarações de viés político-ideológico apenas geram ruído e desperdício de tempo e de recursos, inclusive recursos públicos escassos que poderiam estar sendo direcionados para resolver o problema concreto dos consumidores goianos.

O governo de Goiás, que atravessa uma séria crise fiscal, deveria dar sinais de respeito aos contratos e valorizar os investimentos privados, e não atrapalhar aqueles que estão aportando bilhões de reais e gerando milhares de empregos no Estado. A reversão do quadro herdado de décadas de inépcia estatal requer tempo e muito trabalho sério. Se os políticos goianos realmente estiverem preocupados com o interesse público, chegou a hora de abandonarem suas bússolas eleitorais e, em benefício dos consumidores, deixarem a empresa cumprir seu contrato de concessão e executar seu longo trabalho de recuperação da antiga e maltratada Celg.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/12/2019

Seção: Economia

Autor: DANIEL GULLINO BRASÍLIA

Título: Bolsonaro diz que faz o possível para reduzir preço do combustível

Presidente volta a defender venda de etanol diretamente por produtor a postos

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que está “fazendo o possível” para reduzir o preço do combustível e que estuda quebrar o “monopólio” que disse existir na distribuição. Bolsonaro revelou que fez sugestões sobre o tema ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, mas não adiantou quais medidas seriam.

— Preço de combustível... Lá na refinaria o preço está lá embaixo, ele cresce e fica alto por causa de quê? Impostos estaduais, ICMS, basicamente. E depois o monopólio ainda que existe na questão de distribuição, e nós estamos buscando quebrar esse monopólio para diminuir o preço. Só com a concorrência ele pode diminuir —disse Bolsonaro, acrescentando depois: —Estamos fazendo o possível para baratear o preço do combustível. Reconhecemos que está alto no Brasil.

O presidente também voltou a defender a venda de etanol pelos produtores diretamente para postos de gasolina. Já aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a medida precisa ser regulada por lei.

— Questão do etanol nós tentamos, estamos tentando ainda, de modo que, das empresas que produzem o etanol, as usinas possam vender diretamente ao posto de gasolina. Tem caminhões de transporte de etanol que andam 400 quilômetros para entregar o etanol a um quilômetro da usina. Isso é um absurdo—disse

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/12/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Nos fundos, o segredo do ES**

O Espírito Santo prepara o futuro dos capixabas com investimentos, fundos e reformas. A da Previdência já está aprovada. O Fundo Soberano foi criado com parte dos recursos do petróleo, que ficará com 15% da participação especial e 45% dos royalties. Isso dá em torno de R\$ 400 milhões por ano. Foi feito também um fundo garantidor de PPP de R\$ 20 milhões. E tem ainda o fundo de infraestrutura que receberá uma bolada de R\$ 1,5 bilhão de um acordo com a Petrobras.

—Lógico que para mim R\$ 1,5 bilhão em 4 anos seria muito bom usar, em obra, em programa. Mas é um sinal de longo prazo. Os recursos sairão da receita corrente líquida para o Fundo Soberano (Funes). Ele tem o papel de uma poupança intergeracional. Poupança para sempre. Daqui a 40 ou 50 anos os gestores que estiverem no Espírito Santo decidirão o que fazer com esse dinheiro. Isso dá também estabilidade aos capixabas —diz o governador Renato Casagrande.

Essa visão de longo prazo e do ajuste fiscal como parte de um projeto de investimentos é raro no país, mas tem sido presente no Espírito Santo, o único estado a receber nota A do Tesouro Nacional. Um dos segredos, segundo Casagrande, é a continuidade administrativa:

—No meu governo passado fiz a PPP do saneamento da Serra. O Paulo Hartung fez a PPP do saneamento de Vila Velha. Agora farei ade Cariacica. Isso tem dado bons resultados.

Hoje o estado tem uma carteira de investimentos para fazer em parceria com o setor privado. O fundo garantidor de PPPs é um fundo privado gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O fundo soberano, o que ficará com parte do dinheiro do petróleo, será sócio de empresas privadas para atrair mais investimentos para o estado.

—Para nós não termos dependência do petróleo e do gás, para não ficarmos como a Venezuela ou o Rio de Janeiro —diz Casagrande.

Ele vai lançar um programa de melhoria da logística com Minas Gerais, em 17 de fevereiro, como informou o “Valor”. Casagrande quer que o Espírito Santo seja a porta de saída para o mundo, a porta de entrada para o Brasil.

—O estado tem uma população pequena, de 4 milhões de pessoas, mas nós conquistamos nos últimos anos uma cultura de gestão fiscal e com capacidade de fazer investimento próprio e de alavancar recursos — diz Casagrande.

A população capixaba não é tão pequena, é maior do que a do Uruguai. Para o governador, não se deve querer crescer muito em termos de habitantes. Só o aumento natural mesmo. O importante é a qualidade do desenvolvimento econômico e social. O Espírito Santo está investindo este ano entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,7 bi. É 10% do orçamento. No ano que vem, serão R\$ 2 bilhões.

—Tem nesse total inclusive recursos de superávit de anos anteriores. Este ano estamos fazendo um acordo com a Petrobras, de uma antiga pendência judicial. Vamos receber, até 2022, R\$ 1,5 bi. É esse dinheiro que vai para o Fundo de Infraestrutura. Esse não é o Fundo Soberano, que é outra coisa. Tudo que é dinheiro que não é recurso permanente estamos colocando no Fundo de Infraestrutura.

Perguntei ao governador se não era complicado fazer uma parceria para investimento em logística com Minas Gerais, que está em situação calamitosa do ponto de vista fiscal. Ele diz que o acordo é bom para ambos, por isso fez reunião com 50 empresários mineiros e diz que o encontro foi “extraordinário”:

—O setor privado precisa se agarrar a algumas lutas que deem dinamismo e movimento.

Uma dessas lutas é integrar a malha ferroviária do estado e de Minas com o resto do Brasil. Diz que a Vitória-Minas é a melhor ferrovia do Brasil, mas está ainda desconectada.

O dinheiro que o Espírito Santo vai receber do leilão da cessão onerosa também vai para o Fundo de Infraestrutura. Se tivesse gastado por conta, estaria em maus lençóis porque o cálculo era que o Espírito Santo receberia mais de R\$ 300 milhões, mas, como o leilão foi frustrante, ficará com R\$ 162 milhões.

Ele diz que o estado tem recursos para investir em creches, em segurança pública, parceria com o Banco Mundial para saneamento, com o BID, para estradas. Na educação, Casagrande diz que continua a obra de Hartung com mais escolas em tempo integral. O estado é o segundo do Ideb. Até 2024, terá metade das suas escolas em tempo integral. O ES é a prova de que o ajuste fiscal vale a pena.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/12/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Fraude em Angra 3**

A 7ª Turma do TRF-2 declarou nulos, por unanimidade, dois contratos de montagem eletro-mecânica da usina nuclear Angra 3, julgando improcedente a ação ajuizada contra a Eletro-nuclear por sete empreiteiras: Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão, UTC, Techint e EBE. Citando delações premiadas e acordos de leniência firmados por essas empresas, o tribunal confirmou a fraude na licitação e a nulidade dos contratos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/12/2019****Seção: Sociedade****Autor: DANIELA CHIARETTI* E RENATO GRANDELLE****Título: Comércio de carbono, o tema que trava as COPs**

Nas duas últimas Conferências do Clima da ONU, países tentaram em vão definir regras para o artigo do Acordo de Paris que estabelece mecanismos financeiros para compra do direito de emitir CO2 por empresas e governos

Uma das maiores decepções da Conferência do Clima de Madri (COP-25) foi o impasse sobre o Artigo 6 do Acordo de Paris, cuja resolução foi adiada para a próxima convenção, em Glasgow (Escócia), no ano que vem. O texto estabeleceria as regras para o comércio internacional de carbono, permitindo que os países atinjam suas metas de redução de emissões.

A grande controvérsia em torno do artigo 6 contrapõe as visões do Brasil e da União Europeia —justamente os dois responsáveis pela inclusão dos capítulos nos últimos minutos de finalização do texto do Acordo de Paris, em 2015.

A seção 6.2 prevê o comércio de emissões entre os países. Na prática diz que, se uma nação tiver mais facilidade para cumprir sua meta de redução, pode ceder parte de sua cota para outro país — esta compensação pode ser feita de diversas formas, entre elas a financeira.

As regras deste comércio, porém, ainda não foram definidas. Alguns países querem decidir por si próprios como serão realizadas estas negociações —como será a “moeda” da transação. Outros defendem que os negócios sejam realizados sempre com a mesma métrica.

O outro mecanismo comercial está descrito na seção 6.4, que se refere a projetos realizados por “entidades públicas e privadas”. É o único texto do Acordo de Paris que prevê a participação da iniciativa privada no corte de emissões de gases estufa. Para isso, seria criado um órgão que monitoraria o mercado de carbono. Entre os projetos possíveis estão a restauração de uma floresta degradada ou a construção de uma usina de energias renováveis.

— É um nível de projetos e ações com agentes do mercado, que vão realizar reduções certificadas de emissões — explica Emilio La Rovere, pesquisador da Coppe/UFRJ. — Naturalmente será necessária uma validação de uma entidade credenciada, e o sinal verde do país onde será o realizado o projeto que visa diminuir a liberação de poluentes.

A seção 6.4 substitui o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado em 1997 no Protocolo de Kioto. Há, no entanto, diferenças na metodologia entre os dois regulamentos. Brasil, China e Índia têm muitos projetos ligados a MDL, e querem continuar negociando os créditos válidos com esta regra. Defendem o que chamam de “transição suave” para o regime do Acordo de Paris, que começa em 2020.

No entanto, a maioria da comunidade internacional acusa o MDL de ser pouco eficaz e não contribuir para a redução de gases estufa. Por isso, deveria ser excluído, validando apenas as transações realizadas sob o regulamento do Acordo de Paris.

Como as regras do MDL são mais “frouxas” acredita-se que as nações que a defendem tomam esta medida porque não querem traçar metas mais ambiciosas para reduzir as suas emissões de gases estufa.

É uma situação grave porque até mesmo o Acordo de Paris é considerado pouco ambicioso pela comunidade científica. Se todos os países cumprirem integralmente o documento, a temperatura do planeta subirá pelo menos 3 graus Celsius —o aumento considerado tolerável é de apenas 2 graus Celsius.

O Brasil discorda do argumento sobre a frouxidão do MDL, afirmando ter conseguido 58% de redução relativa ao cenário de emissões onde nada teria sido feito, conhecido como “business as usual”, e fazendo mais do que o esperado para a meta de reduzir 36% a 39% das emissões em 2020, comparados aos níveis de emissões de 1990.

Há, também, outra seção problemática, a 6.8, que foi escrita no Acordo de Paris a pedido da Bolívia. O país andino não aceita a mercantilização da natureza. Quer apoio à sua economia, mas sem mercados envolvidos. É mais um parágrafo cuja operacionalização ainda não é clara.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 17/12/2019****Seção: Economia****Autor: Catarina Loiola****Título: ICMS sobre gasolina pode neutralizar queda de preço**

A semana começou com uma boa notícia para os motoristas, já que os preços da gasolina baixaram em vários postos do Distrito Federal, refletindo a guerra por clientes devido à queda no consumo. Mas o alívio no bolso pode durar pouco, pois o governo do Distrito Federal aumentou o valor de referência para a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o combustível, de R\$4,379 para R\$4,51, o que pode neutralizar a queda dos preços, pois, como terão que faturar o litro do combustível de acordo com o valor de referência, os donos dos postos de gasolina podem perder o incentivo para cobrar menos.

Entre os 30 postos pesquisados pelo Correio ontem, o preço do litro da gasolina variou entre R\$ 4,29, bem abaixo do preço de referência para a incidência do imposto, e R\$4,699, acima do valor de referência estipulado para a incidência do ICMS. Até o fim de semana, o menor preço por litro de gasolina era R\$4,49 nesses estabelecimentos.

Em nota, a Secretaria de Economia explicou que, devido a um convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), os estados e o Distrito Federal são responsáveis por realizar pesquisa quinzenal de preço dos combustíveis. “Após a realização da pesquisa, é feita a publicação no Diário Oficial da União (DOU), para que, a partir da segunda quinzena do mês, a nova base de cálculo do ICMS Substituição Tributária entre em vigor”, diz a nota, que nega que haja aumento de preços. “A base de cálculo do ICMS reflete os preços que são praticados nos postos de combustíveis do Distrito Federal, de acordo com as pesquisas realizadas. Essa base de cálculo pode sofrer variações de acordo com os preços finais praticados, podendo haver variações positivas ou negativas, de acordo com os preços registrados nas bombas”, termina a nota.

O menor valor foi encontrado no Posto Petrolina, a R\$4,29 o litro, em Taguatinga Centro. Na mesma região, o posto Nenen's vende o litro de gasolina por R\$4,49 e o posto Shell, a R\$4,49. Na EPTG, o litro do combustível foi encontrado por R\$4,35 nos postos Ipiranga e Shell. No SIA Trecho 1, o posto BR comercializou por R\$4,69, valor mais alto encontrado.

Os postos Petrobras e Shell, localizados na quadra 3 do Setor de Indústrias Gráficas, venderam o litro da gasolina por R\$4,48. Os postos da Asa Sul comercializaram o combustível por R\$4,45 (quadras 106,109,115), R\$4,48 (206),

e R\$4,49(202, 204, 207, 210). Na Asa Norte, foi possível encontrar o litro de gasolina por R\$4,49 (103, 107, 113, 206) e por R\$4,65 (115, 210).

Repasse

De acordo com o levantamento de preços semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o menor preço do litro de combustível na capital até o dia 14 de dezembro era de R\$4,27, enquanto o maior era de R\$4,69. O último repasse de preço da Petrobras para as distribuidoras foi em 27 de setembro.

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, a guerra por clientes está favorecendo os motoristas. Mas, com o aumento do preço de referência para a cobrança do ICMS, o quadro pode mudar.

Férias

Tavares afirma que os postos reduziram os preços da gasolina porque as vendas começaram a cair no início de dezembro. Com as férias escolares e de muitos servidores públicos, o movimento nos postos diminuiu. Para não ficar com estoques elevados, a opção dos estabelecimentos comerciais foi reduzir os preços em R\$ 0,14, em média. “O mercado e os preços são livres e a conta de absorver ou não esses aumentos depende da decisão de cada operador”, disse.

Os preços tinham subido rapidamente na primeira semana de dezembro, por causa dos reajustes anunciados pela Petrobras e dos aumentos do etanol. Os postos alegaram que os repasses foram necessários para manter a margem mínima de lucro, de 7%.

Os donos de postos estão contando com a ajuda da Petrobras, nos próximos dias, para manter o alívio dado aos motoristas. Como a cotação do dólar passou de R\$ 4,20, é possível que a estatal reveja os valores cobrados nas refinarias. Depois de mais de 50 dias com a tabela de preços congelada, a Petrobras promoveu dois aumentos seguidos.

**** Estagiária sob a supervisão de Cláudia Dianni***

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos	27/11/2019	16/12/2019
Petrobras – Posto da Lava Jato	—	4,539
Petrobras – Eixo W 106 Sul	4,259	4,459
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,259	4,459
Shell – Eixo W 115 Sul	4,259	4,459
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,289	4,450
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,289	—
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,289	4,499
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,289	4,499
PB – Eixo L 206 Sul	4,289	4,489
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,289	4,499
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,289	4,499
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,399	4,559
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,299	4,499
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,299	4,539
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	4,299	4,659
Shell – Eixo L 212 Norte	4,299	-
Petrobras – Eixo L 214 Norte	—	4,499
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,299	4,659
Petrobras – Eixo W 113 Norte	4,299	4,499
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	4,299	4,442
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,299	4,499
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,299	4,499
Petrobras – SIG Quadra 3	4,299	4,489
Shell – SIG Quadra 3	4,299	4,489
Garantia – EPTG	—	4,399
Vtex – EPTG	4,257	4,457
Ipiranga – EPTG	4,299	4,359
Shell – EPTG	4,299	4,359
Nenen's – Taguatinga Centro	4,299	4,490
Shell – Taguatinga Centro	—	4,499
Petrobras – SIA Trecho 1	4,199	—
Petrolino – Taguatinga Centro	4,299	4,299
Petrobras – SIA Trecho 1	—	4,699

-

Sem fim de cartel, seria mais caro

Estudo liberado pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) aponta que os motoristas do Distrito Federal estão economizando entre R\$ 206 milhões e R\$ 358 milhões por ano com o fim do cartel dos postos de gasolina.

Não fosse a intervenção do Cade na Rede Cascol, a combinação de preços teria continuado.

Segundo o documento do Cade, de autoria de Lucas Varjão Motta e de Guilherme Mendes Resende, mesmo depois do estouro da Operação Dubai, deflagrada pela Polícia Federal em 24 de novembro de 2015, em conjunto com o Ministério Público, os preços abusivos continuaram. O esquema para lesar os consumidores, diz o Cade, tinha a Rede Cascol como líder.

Depois de uma análise detalhada de todo o processo, o Cade assegura que há informações robustas de que, como líder do cartel, a Rede Cascol, em razão de sua posição de dominância no mercado, coagia os demais revendedores a seguir a precificação da gasolina de maneira uniforme e paralela.

O poder da Rede Cascol se estendia ao Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), que representa o setor, segundo o Cade. Não por acaso, em 17 de março de 2016, foi nomeado um interventor para monitorar todas as ações da Cascol.

A princípio, a intervenção deveria durar seis meses, mas o processo se estendeu até abril de 2017, quando os controladores da Cascol assinaram um Termo de Compromisso de Cessão (TCC) e se comprometeram a pagar multa de R\$ 90,4 milhões, além de cessar a prática de cartel. A Cascol também aceitou vender parte de seus postos.

Pelo levantamento do Cade, logo depois da Operação Dubai, o cartel da gasolina no DF continuou aumentando os valores do combustível nas bombas. Depois da intervenção, os preços caíram, em média, R\$ 0,14 por litro. Nos cálculos do Cade, ao longo de seis anos, a economia dos motoristas do DF com o fim do cartel será de R\$ 1,2 bilhão a R\$ 2,1 bilhões.

Quebra de monopólio para baixar combustível

O presidente Jair Bolsonaro reconheceu, ontem, que o preço dos combustíveis está alto e apontou, como saída, a quebra do monopólio da Petrobras, segundo disse após encontro com o ministro da infraestrutura, Tarcísio Freitas. “Estamos fazendo o possível para baratear o preço do combustível. Reconhecemos que está alto no Brasil”, disse o presidente. Ele afirmou que a equipe econômica tem trabalhado para tentar encontrar uma solução.

“Lá na refinaria, o preço está lá embaixo. Ele cresce, e fica alto [para o consumidor], por causa de impostos estaduais, ICMS basicamente, e, depois, o monopólio existe na questão da distribuição, e nós estamos buscando quebrar

esse monopólio para diminuir o preço. Só com a concorrência, ele pode diminuir”, disse. Ele afirmou, ainda, que a equipe econômica tem buscado soluções para o barateamento do preço com estímulos aos investimentos no setor. “O preço médio do diesel na refinaria [é de] R\$ 2,26, e aí tem impostos estaduais, municipais também, custo de logística, distribuição e tem o lucro do posto.”

Proposta

Bolsonaro disse ainda que estuda uma proposta para que as usinas possam vender diretamente aos postos de combustível. “Tem caminhões de transporte que andam 400 quilômetros para entregar etanol a 1km da usina. Isso é um absurdo. Tem gente que é contra porque há interesses de grupos econômicos no Brasil. Não é fácil buscar solução para tudo, mas estamos fazendo o possível. (Com) um pouco de colaboração por parte de outros setores da sociedade, em especial o político, dá para resolver esse assunto”, ressaltou.

O ministro Tarcísio descartou a possibilidade de paralisação dos caminhoneiros, que havia sido marcada, pela categoria, para começar ontem. “Eu acho que sim [que está descartada greve este ano. Observe que era o dia de início e não está tendo nada nas estradas. Não houve nenhum ponto de bloqueio porque há um grande respeito nosso com os caminhoneiros e um respeito muito grande dos caminhoneiros com relação a gente. Conseguimos estabelecer um diálogo, eles sabem que têm as portas abertas e, a cada dia, nós temos soluções novas”, concluiu o ministro.

MME / ASCOM .